

CADERNO DE PROVA

Câmara Municipal de Içara
Estado de Santa Catarina

Concurso Público

<http://camaraicara.fepese.org.br>

S1 Analista de Controle Interno



Desejamos a
você uma
Boa Prova!

Instruções



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Após terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.



4 de outubro



35 questões



15h30 às 18h30



3h de duração*

Conhecimentos Gerais

20 questões

Língua Nacional

5 questões

Texto: As flores do barão

O barão Georg Heinrich Langsdorff, botânico e naturalista a bordo do Nadeshda, nau russa comandada por Adam Krusenstern, deitou os olhos sobre a Baía Norte da Ilha de Santa Catarina em 18 de agosto de 1803, âncora lançada entre o Estreito e a Ilha.

Registrou assim o seu primeiro encontro com a Ilha e com o vento sul que açoitava as velas do barco, sob a luz de um sol anêmico de um dia seminublado:

“A floração, tão variada em cores, tamanho, constituição e variedade, exala na atmosfera da ilha um perfume indizível, um aroma muito agradável, que a cada inspiração fortifica o corpo e vivifica o espírito”.

Mas nem só de flores viveu o barão Langsdorff. Mulherengo de ofício, não deixou de registrar a presença do belo sexo na Ilha, aproveitando-se da circunstância de que conhecia e falava muito bem a língua portuguesa. Servira como médico voluntário em Lisboa, atendendo tropas inglesas em guerra contra os espanhóis, e falava um português mais do que razoável.

Seu olho para as mulheres ia muito além do mero interesse científico: *“As representantes do sexo feminino, aqui, não são feias. E entre as mulheres de classe mais alta estão algumas que, mesmo na Europa, teriam motivos para se firmar como beldades”.*

Sobrevive até hoje a descrição da mulher da Ilha pelo “louco-galante”, botânico que não amava apenas as flores do mundo vegetal, mas essas outras flores de carne e osso, pernas, bocas e olhos:

“Na maioria são de estatura média, bem constituídas, de cor castanha (basané), se bem que algumas são muito claras, têm fortes cabelos pretos, olhos escuros e sensuais. Acresce que essas portuguesas recebem com muita gentileza os seus hóspedes e, em geral, não vivem retraídas ou confinadas, como na sua terra natal, onde as damas vivem o ano inteiro enclausuradas, espiando os visitantes pelo buraco da fechadura. Aqui não faltam pequenas intrigas de amor. E os presentes europeus, como fitas e brincos, são gratamente recebidos”.

Hummmm... Esse barão galante, já se viu, era louco, mas não era burro.

Gostou do vento sul e das mulheres da Ilha – explosiva mistura, em meio ao fru-fru e o roçar das anáguas que se arrastavam pelo Largo da Matriz.

RAMOS, Sérgio da Costa. As flores do barão. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 16 ago. 2015. p. 6.

1. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), com base no texto apresentado.

- () O texto não deixa claro se o barão veio para a Ilha de Santa Catarina por livre escolha ou por ordem de algum nobre europeu, assim como também não deixa claro por que ele, o barão, veio exatamente para a referida Ilha.
- () O autor do texto explica que o barão era louco não só porque era mulherengo, mas também porque era médico, botânico e naturalista.
- () Apesar de ser inverno quando o barão aportou na Ilha de Santa Catarina, ele descreve uma bela floração.
- () Para o autor do texto, assim como para o barão, as “outras flores”, ou seja, as que não eram “do mundo vegetal”, eram as mulheres, o “belo sexo”.
- () O pronome “seu”, em “Seu olho para as mulheres...” (5º parágrafo), refere-se ao olho do autor do texto.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () V • V • V • V • F
- b. () V • V • F • F • F
- c. (X) V • F • V • V • F
- d. () F • F • V • F • V
- e. () F • F • F • V • V

2. Segundo o Manual de Redação da Presidência da República (Brasília, 2002), são princípios da redação oficial: impessoalidade, clareza, padrão culto da linguagem, concisão e formalidade.

Assinale a alternativa que está **corretamente** redigida de acordo com esses princípios.

- a. () Mulherengo de ofício, ...
- b. () Hummmm... Esse barão galante, já se viu, era louco, mas não era burro.
- c. () Acontece que essas portuguesas curtiam a visita dos seus hóspedes.
- d. () Seu olho para a mulherada ia muito além do mero interesse científico.
- e. (X) O barão servira como médico voluntário em Lisboa.

3. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), com base no texto apresentado.

- () Em "... deitou os olhos sobre a Baía Norte..." (1º parágrafo), o verbo "deitar" pode ser substituído pelo verbo "lançar", também no pretérito perfeito do modo indicativo, sem alterar o significado do texto e sem prejudicar a norma culta da língua portuguesa escrita.
- () O "que", em "... com o vento sul que açoitava as velas do barco..." (2º parágrafo), é um pronome relativo que pode ser substituído por "o qual", sem alterar o significado do texto e sem prejudicar a norma culta da língua portuguesa escrita.
- () A forma verbal "açoitava" (2º parágrafo) está no pretérito perfeito do indicativo por tratar-se de uma ação inacabada no momento a que se refere a narração.
- () "Sol anêmico" tem sentido denotativo.
- () A preposição "de" é usada após o verbo aproveitar(-se) (4º parágrafo) porque este verbo é transitivo direto e indireto, além de pronominal.
- () As reticências, em "Hummm..." (penúltimo parágrafo), são usadas porque o autor do texto enveredou para o chiste ou para a ironia.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. (X) V•V•F•F•V•V
- b. () V•V•F•F•F•V
- c. () F•V•V•F•V•V
- d. () F•V•F•F•F•F
- e. () F•F•V•V•V•F

4. Relacione as expressões da oração abaixo, presentes na coluna 1, com a sua correta classificação sintática na coluna 2.

"Historiadores consideravam o barão mulherengo."

Coluna 1 Expressões

- 1. Historiadores
- 2. consideravam o barão mulherengo
- 3. o barão
- 4. o
- 5. mulherengo

Coluna 2 Classificação sintática

- () Predicado verbo-nominal
- () Sujeito simples
- () Predicativo do objeto
- () Objeto direto
- () Adjunto adnominal

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () 1•2•4•3•5
- b. (X) 2•1•5•3•4
- c. () 3•4•2•1•5
- d. () 4•5•1•2•3
- e. () 5•1•4•3•2

5. Analise o período abaixo:

"Sobrevive até hoje a descrição da mulher da Ilha pelo "louco-galante": amava as flores do mundo vegetal e as mulheres."

Assinale a alternativa que classifica **corretamente** a oração sublinhada no período.

- a. () Oração subordinada adverbial causal
- b. () Oração subordinada adjetiva restritiva
- c. () Oração subordinada adjetiva explicativa
- d. (X) Oração subordinada substantiva apositiva
- e. () Oração subordinada substantiva subjetiva

Atualidades

5 questões

6. As mudanças no clima do planeta têm sido fator de grande preocupação nos últimos anos.

Assinale a alternativa que corresponde a uma notícia **verdadeira** que diz respeito ao tema.

- a. () Junho bate recorde de frio no hemisfério norte.
- b. (X) Junho bate recorde de calor no planeta no hemisfério norte, desde o fim do século 19.
- c. () Os seis primeiros meses de 2015 foram marcados por temperaturas recordes para o período, demonstrando uma queda do aquecimento global.
- d. () Em junho, a extensão dos gelos árticos aumentou acima da média do período. O fato poderá ter como consequência grandes enchentes no hemisfério sul e seca no hemisfério norte.
- e. () A superfície gelada da Antártida tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, o que pode causar uma elevação dos oceanos.

7. Marco Archer foi, no início de 2015, um dos nomes mais presentes no noticiário nacional.

Assinale a alternativa que indica a razão.

- a. () Foi o Juiz que conduziu as primeiras investigações da operação denominada "Lava Jato".
- b. () Brasileiro que viveu em Santa Catarina, foi preso por ter se alistado no Exército Islâmico.
- c. (X) Condenado à pena capital foi, não obstante os pedidos do governo brasileiro, fuzilado na Indonésia pelo crime de tráfico de drogas.
- d. () Teve seus bens congelados e foi preso em Curitiba, suspeito de ter participado no desvio de recursos públicos.
- e. () Descobriu-se que, durante a Segunda Guerra Mundial, conseguiu impedir a morte de mais de 200 mil judeus no campo de Treblinka.

8. Apoiado pela Irmandade Muçulmana (Irmandade Islâmica), o presidente Mohammed Morsi foi deposto pelos militares do seu país. Recentemente foi condenado à morte por um Tribunal.

Assinale a alternativa que indica o país onde ocorreram os acontecimentos relatados.

- a. (X) Egito
- b. () Síria
- c. () Israel
- d. () Líbano
- e. () Mianmar

9. Em 2013, milhares de brasileiros foram às ruas. Protestavam por mudanças na política, os problemas da educação brasileira, mas um assunto, naquele momento, era uma das bandeiras da manifestação. Qual?

- a. () O casamento de pessoas do mesmo sexo.
- b. () O fechamento da Comissão da Verdade que investigava crimes que teriam sido cometidos nos governos militares.
- c. () A alta da inflação. No mês de junho daquele ano tinha atingido 8,5%.
- d. (X) Os altos gastos com a Copa do Mundo, então em organização.
- e. () A separação do sul do Brasil e a criação da República Farrroupilha.

10. O juiz Sérgio Moro ganhou notoriedade por:

- a. () Ter presidido o Inquérito do chamado processo do "Mensalão".
- b. () Substituir o Juiz Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal.
- c. () Mandar soltar, apesar de sérias suspeitas, o doleiro paranaense Alberto Youssef, a quem tinha inicialmente acusado de corrupção.
- d. () Ter deferido favoravelmente Mandado de Segurança em que um ex-presidente pedia para não ser preso durante as investigações de desvios de milhares dólares de uma Fundação.
- e. (X) Assumir as deliberações da Operação Lava Jato que investiga desvios ocorridos na Petrobras.

Legislação

10 questões

11. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Içara (SC), assinale a alternativa **correta**.

- a. () O ensino é vedado à iniciativa privada.
- b. () A aquisição de bens imóveis por compra ou permuta independe de prévia autorização legislativa.
- c. (X) O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
- d. () Pertence ao Município vinte por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal.
- e. () A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

12. Com base na Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.
- b. () São Receitas de Capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- c. () Consideram-se subvenções sociais as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- d. () Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- e. () São créditos adicionais suplementares os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

13. Analise o texto abaixo:

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, é vedada a realização de transferências voluntárias para o ente federativo que não institua, preveja e efetivamente arrecade da sua competência constitucional.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a lacuna do texto.

- a. () todas as taxas
- b. () todos os tributos
- c. (X) todos os impostos
- d. () todas as contribuições
- e. () todos os impostos e taxas

14. Assinale a alternativa **incorreta**, conforme dispõe a Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, que institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

- a. () Ao julgar as contas regulares, o TCE/SC dará quitação plena ao responsável.
- b. (X) As contas serão julgadas regulares com ressalva, quando comprovada omissão no dever de prestar contas.
- c. () Cabe ao TCE/SC responder a consultas de autoridades competentes sobre interpretação de lei ou questão formulada em tese, relativas à matéria sujeita à sua fiscalização.
- d. () Compete ao TCE/SC propor ao Poder Legislativo a fixação de vencimentos dos Conselheiros e Auditores.
- e. () A decisão em processo de prestação ou tomada de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.

15. De acordo a Resolução nº TC - 06/2001, que estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), compete ao Tribunal Pleno, em sessão administrativa de caráter reservado:

- a. () Julgar tomada de contas especial.
- b. () Aprovar enunciados da súmula de jurisprudência do Tribunal.
- c. () Deliberar sobre concessões de aposentadorias, reformas, pensões e transferência para a reserva.
- d. (X) Decidir sobre dúvidas suscitadas na aplicação do Regimento Interno.
- e. () Deliberar sobre inspeções, auditorias e outras matérias concernentes à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

16. Considerando o disposto na Lei nº 8.666/93, sobre o Processo e o Procedimento Judicial, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Os crimes definidos na Lei de Licitações são de ação penal pública condicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la.
- b. () Apenas as autoridades públicas poderão provocar a iniciativa do Ministério Público, para efeito de sanções administrativas e da tutela judicial.
- c. () Não sendo ajuizada a ação penal pública no prazo legal, para apuração de crime definido na lei de licitações, é vedada a ação penal privada subsidiária.
- d. () No processamento e julgamento das infrações definidas na Lei de Licitações, aplicar-se-á, subsidiariamente, o Código de Processo Civil.
- e. (X) Da sentença proferida na ação penal cabe apelação, interponível no prazo de 5 dias.

17. De acordo com a Constituição Federal de 1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, um sistema de controle interno, cabendo aos responsáveis, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade:

- a. (X) Solidária.
- b. () Residual.
- c. () Exclusiva.
- d. () Subsidiária.
- e. () Complementar.

18. Conforme disposto na Constituição do Estado de Santa Catarina, é **correto** afirmar:

- a. () O controle interno da Câmara Municipal é exercido com o auxílio do Tribunal de Justiça.
- b. (X) A Câmara Municipal somente julgará as contas após a emissão do parecer prévio do Tribunal de Contas.
- c. () A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública municipal é realizada pela Câmara Municipal, mediante controle interno.
- d. () O controle de contas da administração pública municipal é exercido pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal.
- e. () O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais do Prefeito deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.

19. Assinale a alternativa **incorreta** com suporte no Regimento Interno da Câmara Municipal de Içara.

- a. () Quando a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas apresentar o Projeto de Decreto Legislativo pela rejeição das Contas, este deverá vir acompanhado das provas das irregularidades cometidas.
- b. () O Projeto de Decreto Legislativo, aprovando ou rejeitando as contas, será apreciado em discussão e votação únicas.
- c. () As contas de cada exercício financeiro serão julgadas pela Câmara Municipal no prazo de noventa dias, contados da data da sessão em que for procedida a leitura do Parecer do Tribunal de Contas do Estado.
- d. () Rejeitadas as contas, deverá o Presidente da Câmara Municipal, no prazo de até sessenta dias, remetê-las ao Ministério Público, para os devidos fins.
- e. (X) A Comissão de Finanças, Orçamento e Contas analisará o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado durante o prazo improrrogável de dez dias, findo o qual dará o seu Parecer.

20. Nos termos da Lei Municipal nº 2106, de 13 de abril de 2005, o Sistema de Controle Interno Municipal de Içara atuará com a seguinte organização funcional: Controladoria Geral; Unidades Operacionais; Auditoria Interna; Tomada de Contas Especial; e Processo Administrativo. Às Unidades Operacionais compete:

- a. () Programar e organizar auditorias nas Unidades Operacionais, com periodicidade pelo menos anual.
- b. () Programar e organizar auditorias nas entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos.
- c. () Sugerir aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo que solicitem ao Tribunal de Contas a realização de auditorias especiais.
- d. (X) Propor à Controladoria Geral a atualização ou a adequação das normas de Controle Interno.
- e. () Programar e sugerir aos chefes dos Poderes a participação dos servidores em cursos de capacitação voltados para melhoria do controle interno.

Conhecimentos Específicos 15 questões

21. O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) foi implantado em abril de 2014 para receber, inicialmente, as contas anuais para fins de consolidação das contas públicas.

A principal novidade é a de que o sistema, a partir de 2015, passará a receber informações relativas:

- a. () às contas anuais dos entes da Federação necessárias à consolidação de contas; dos Demonstrativos Fiscais definidos; do Cadastro da Dívida Pública (CDP), relativo às informações das dívidas públicas interna e externa.
- b. () às contas anuais dos entes da Federação necessárias à consolidação de contas; dos Demonstrativos Fiscais definidos; da Declaração do Pleno Exercício da Competência Tributária; da Relação da estrutura das administrações direta e indireta, cujos dados foram consolidados na declaração das contas anuais.
- c. () do Cadastro da Dívida Pública (CDP), relativo às informações das dívidas públicas interna e externa; da Declaração do Pleno Exercício da Competência Tributária; da Relação da estrutura das administrações direta e indireta, cujos dados foram consolidados na declaração das contas anuais; pagamentos e recebimentos dos entes da federação.
- d. () dos Demonstrativos Fiscais definidos; do Cadastro da Dívida Pública (CDP), relativo às informações das dívidas públicas interna e externa; da Declaração do Pleno Exercício da Competência Tributária; da Relação da estrutura das administrações direta e indireta, cujos dados foram consolidados na declaração das contas anuais.
- e. (X) às contas anuais dos entes da Federação necessárias à consolidação de contas; dos Demonstrativos Fiscais definidos; do Cadastro da Dívida Pública (CDP), relativo às informações das dívidas públicas interna e externa; da Declaração do Pleno Exercício da Competência Tributária; da Declaração de publicação do RREO e RGF; da Relação da estrutura das administrações direta e indireta, cujos dados foram consolidados na declaração das contas anuais.

22. Os termos etapas e estágios, quando relacionados com as despesas públicas, não são tratados como sinônimos.

As etapas e os estágios da despesa orçamentária são, respectivamente:

- a. () etapas da despesa orçamentária: planejamento e execução; estágios da despesa orçamentária: empenho e liquidação.
- b. (X) etapas da despesa orçamentária: planejamento, execução e controle e avaliação; estágios da despesa orçamentária: fixação, empenho, liquidação e pagamento.
- c. () etapas da despesa orçamentária: planejamento, execução e controle e cálculo; estágios da despesa orçamentária: fixação, empenho e pagamento.
- d. () etapas da despesa orçamentária: planejamento, execução e mensuração; estágios da despesa orçamentária: fixação, empenho, liquidação.
- e. () etapas da despesa orçamentária: planejamento, execução e controle, avaliação e postergação; estágios da despesa orçamentária: fixação, empenho, pagamento.

23. É **correto** afirmar quanto às unidades contábeis e ao patrimônio do setor público que:

- a. () as unidades primárias e secundárias representam o patrimônio das entidades do setor público na condição de pessoas jurídicas.
- b. () as unidades primárias e secundárias representam o patrimônio das entidades do setor público na condição de pessoas jurídicas ou físicas.
- c. () as unidades originárias representam a soma do patrimônio de duas ou mais entidades descentralizadas.
- d. (X) as unidades originárias representam o patrimônio das entidades do setor público na condição de pessoas jurídicas.
- e. () as unidades originárias representam a consolidação do patrimônio das entidades do setor público na condição de pessoas jurídicas e físicas.

24. Pode-se considerar como características da despesa extraorçamentária?

- a. () Possuem classificação orçamentária; não são financiados por receitas orçamentárias; e sempre necessitam de autorização em lei orçamentária.
- b. () Não possuem classificação orçamentária, seguindo, apenas, critérios contábeis; são financiados por receitas orçamentárias, pois surgem de ingressos extraorçamentários; não passam por nenhum dos estágios da despesa; e sempre necessitam de autorização em lei orçamentária.
- c. () Possuem classificação orçamentária; são financiados por receitas orçamentárias, pois surgem de ingressos extraorçamentários; não passam por nenhum dos estágios da despesa; e sempre necessitam de autorização em lei orçamentária.
- d. () Possuem classificação orçamentária; são financiados por receitas orçamentárias, pois surgem de ingressos extraorçamentários; passam pelos estágios da despesa; e invariavelmente necessitam de autorização em lei orçamentária.
- e. (X) Não possuem classificação orçamentária, seguindo, apenas, critérios contábeis; não são financiados por receitas orçamentárias, pois surgem de ingressos extraorçamentários; não passam por nenhum dos estágios da despesa; e não necessitam de autorização em lei orçamentária.

25. Se Cabe ao Estado promover a justiça, a segurança e o bem-estar social, então, o objetivo principal da Auditoria Governamental é:

- a. () avaliar a real situação do ente público.
- b. (X) avaliar o resultado real obtido na execução das ações governamentais.
- c. () atestar o total cumprimento dos limites estabelecidos pela lei de responsabilidade fiscal.
- d. () garantir a obediência e o compromisso dos processos de licitações públicas.
- e. () garantir que os gastos orçamentários foram efetuados corretamente.

26. Considerando as informações do quadro abaixo, o saldo das disponibilidades financeiras (em espécie) em 31/12/2013, de um entidade pública do Estado de Santa Catarina, era de R\$ 125.000,00.

Durante o exercício de 2014, a entidade realizou as seguintes transações:

Arrecadação de receitas correntes	480.000,00
Arrecadação de receitas de capital	230.000,00
Recebimento de caução	30.000,00
Despesas correntes empenhadas	350.000,00
Despesas de capital empenhadas	250.000,00
Pagamento de restos a pagar inscritos em 2013	40.000,00
Pagamento de parte da caução recebida	25.000,00
Inscrição de restos a pagar do exercício de 2014	75.000,00
Recebimento de bens móveis em doação	35.000,00

O saldo das disponibilidades financeiras (em espécie), em 31.12. 2014, será de:

- a. () R\$ 200.000,00.
- b. () R\$ 250.000,00.
- c. (X) R\$ 275.000,00.
- d. () R\$ 300.000,00.
- e. () R\$ 305.000,00.

27. O cliente principal de uma empresa catarinense pagou uma duplicata referente a compra de mercadorias, no total de R\$ 155.450,00, sendo que R\$ 5.450,00 eram referentes a juros e multas por atraso de uma semana. Dois meses depois, a auditoria interna da empresa descobriu que os encargos referentes ao atraso (R\$ 5.450,00) não foram contabilizados como receitas.

Este fato pode ser caracterizado como:

- a. (X) erro.
- b. () fraude.
- c. () pedalada.
- d. () omissão de receita.
- e. () receita pela venda de mercadorias.

28. Os empenhos classificados como empenho ordinário e empenho global são, respectivamente:

- a. () utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, aquisição de combustíveis e lubrificantes e outros; utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.
- b. () utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, aquisição de combustíveis e lubrificantes e outros; utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.
- c. () utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez; utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, aquisição de combustíveis e lubrificantes e outros.
- d. (X) utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez; utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.
- e. () utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis; utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, aquisição de combustíveis e lubrificantes e outros.

29. Uma prefeitura catarinense pretende realizar a depreciação de um bem pelo método das quotas constantes. Valor contábil do bem R\$ 50.000,00 e um valor residual de R\$ 8.000,00; a vida útil do bem foi estabelecida em cinco anos.

Neste sentido, o valor base para a depreciação e o valor da depreciação anual, serão, em reais, respectivamente:

- a. (X) R\$ 42.000,00 e R\$ 8.400,00.
 - b. () R\$ 42.000,00 e R\$ 10.000,00.
 - c. () R\$ 50.000,00 e R\$ 8.400,00.
 - d. () R\$ 50.000,00 e R\$ 10.000,00.
 - e. () R\$ 58.000,00 e R\$ 11.600,00.
-

30. Considere que uma prefeitura alugou um imóvel de sua propriedade que estava subutilizado para a empresa XYZ. Considere também que a prefeitura assinou um contrato de aluguel com a Empresa XYZ em 10/09/2014 no valor de R\$ 7.300,00 por mês. No ato da assinatura do contrato, foi acordado o pagamento antecipado de cinco meses de aluguel no valor de R\$ 36.500,00 para a prefeitura, com vencimento em 15/10/2014, data em que o contratante efetuou o pagamento. No dia seguinte, o valor foi transferido à conta específica da prefeitura.

Qual a data e qual a receita a serem consideradas neste caso?

- a. () 10/09/2014 – R\$ 87.600,00
 - b. () 15/10/2014 – R\$ 7.300,00
 - c. (X) 15/10/2014 – R\$ 36.500,00
 - d. () 15/10/2014 – R\$ 87.600,00
 - e. () 16/10/2014 – R\$ 36.500,00
-

31. Considerando que o Balanço Orçamentário de uma entidade pública referente ao exercício financeiro de 2014 apresentou os seguintes valores:

- Dotação Atualizada das Despesas: R\$ 320.000,00.
- Despesas Empenhadas: R\$ 296.500,00.
- Despesas Liquidadas: R\$ 292.300,00.
- Despesas Pagas: R\$ 285.600,00.

Com base nesses valores e informações, o valor inscrito em restos a pagar não processados, no exercício, foi:

- a. (X) R\$ 4.200,00.
 - b. () R\$ 6.700,00.
 - c. () R\$ 10.900,00.
 - d. () R\$ 23.500,00.
 - e. () R\$ 34.400,00.
-

32. Quanto à Demonstração das Variações Patrimoniais, é **incorreto** afirmar:

- a. () Pelo confronto das variações quantitativas aumentativas e diminutivas é que se apura o resultado patrimonial do período.
- b. () As variações quantitativas são aquelas que aumentam ou diminuem o patrimônio da entidade.
- c. () As variações qualitativas não alteram o patrimônio líquido, apenas modificam a composição dos elementos patrimoniais.
- d. (X) As variações qualitativas explicam os efeitos negativos ou positivos decorrentes da execução orçamentária.
- e. () As Variáveis Patrimoniais demonstram as variações quantitativas, qualitativas e o resultado patrimonial decorrentes da execução orçamentária.

33. Quanto ao PPA, é **incorreto** afirmar:

- a. () O PPA orienta o Estado e a sociedade no sentido de viabilizar os seus objetivos.
- b. () Por meio do PPA o governo declara e organiza sua atuação, a fim de elaborar e executar políticas públicas necessárias.
- c. () O PPA permite que a sociedade tenha um maior controle sobre as ações concluídas pelo governo.
- d. () O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no artigo 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República.
- e. (X) Por meio do PPA, o governo determina as políticas públicas para o próximo ano e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

34. O Plano Plurianual (PPA) registra o planejamento estratégico de longo prazo de um Município, do Estado ou da União. Seu formato varia, mas, basicamente, o documento é composto por três seções: introdução; objetivos, diretrizes e metas de governo; e apresentação de programas e ações.

Quando é elaborado o PPA?

- a. () O PPA é elaborado optativamente no primeiro ou no segundo ano (até um ano após a posse) de mandato do executivo (prefeito, governador ou presidente).
- b. () O PPA pode ser elaborado no primeiro ano de mandato do executivo (prefeito, governador ou presidente) eleito ou pode ser o mesmo ter sido preparado pelo executivo anterior.
- c. (X) O PPA sempre é elaborado no primeiro ano de mandato do executivo (prefeito, governador ou presidente).
- d. () O PPA é elaborado sempre para os próximos 10 ou 20 anos e no início do mandato do executivo (prefeito, governador ou presidente).
- e. () O PPA é revisto sempre para os próximos 10 ou 12 anos (três mandatos) no início do mandato do executivo (prefeito, governador ou presidente).

35. Com relação ao ativo intangível com vida útil indefinida, é **correto** afirmar:

- a. () Deve ser amortizado.
- b. (X) Não deve ser amortizado.
- c. () Deve ser amortizado quando tenha sido testado sua irrecuperabilidade de valor.
- d. () A entidade não deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida.
- e. () A entidade não deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida ou aqueles ainda não disponíveis para o uso, comparando o valor.

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**



FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>